

Jornal do

SINDI/SEAB

Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e Afins

ANO XVIII - Nº 147 - SETEMBRO DE 2007 - www.sindiseab.org.br



Reuniões

Confira relatório das primeiras reuniões nos núcleos



PATO BRANCO (14/08/2007)

Com muita formalidade, a reunião começou empossando os novos diretores do Núcleo Sindical e entregando flores à Presidente do SINDI/SEAB. Após calorosas discussões, a reunião se encerrou com um delicioso almoço de confraternização. As colocações começaram com as questões de reajustes salariais, desenquadrados, respeito à data base e pagamento das promoções e progressões, mas foi dado grande destaque às questões relacionadas às condições de trabalho: necessidade de concurso público para reposição e ampliação do quadro de funcionários (cinco técnicos atendem a quinze municípios; estagiários ficam



UMUARAMA (16/08/2007)

Somente com a presença dos associados do IAP, a ausência dos colegas da SEAB foi sentida desde o início da reunião. Muitas cobranças foram feitas em relação à atualização das informações sobre o andamento das ações judiciais; bem como, em relação aos desenquadrados e disfunções. Em todo o Estado, no IAP e na SEAB há muitos funcionários de nível médio e estagiários desempenhando funções de nível profissional, inclusive elaborando e assinando laudos de vistoria e licenciamento. O funcionário carece de apoio jurídico para a defesa de recursos de multas aplicadas.

Foi denunciado que o IAP estaria deixando de ser um órgão FISCALIZADOR para tornar-se somente um órgão LICENCIADOR. A capacitação do profissional técnico se dá por iniciativa própria e esforço pessoal de cada um e não por um planejamento institucional. Há a necessidade de realização de concurso público, pois os estagiários são capacitados e mandados embora; não há o aproveitamento deste investimento. Houve a reclamação do distanciamento da Direção Executiva do Sindicato com as bases e, portanto, esta visita ao Regional estava sendo vista como bastante positiva. As maiores queixas, no entanto, foram em relação aos viveiristas, pois nem todos recebem a insalubridade; há o manuseio de produtos tóxicos e todos ficam disponíveis à exposição desses produtos; os uniformes precisam ser renovados anualmente; a produção de mudas é exigida além da capacidade de mão-de-obra disponível, havendo uma sobrecarga. Questionou-se também sobre o porquê das diferenças entre celetistas e estatutários, principalmente no que se refere à conversão do tempo de serviço insalubre em tempo de serviço para a aposentadoria.

responsáveis por até cem mil cabeças de animais), necessidade de apoio institucional para o trabalho de fiscalização, necessidade de investigação prévia antes da recusa de defesa do técnico pelo órgão, necessidade de capacitação técnica das chefias regionais e que estas sejam exercidas por funcionários de carreira, melhor adequação na tabela do PCCS do QPPE, pagamento e descongelamento da insalubridade, renovação anual dos uniformes, além de outras. Merecem destaque também as cobranças feitas no sentido de que houve um grande distanciamento da capital com os Regionais, tanto por parte da direção executiva sindical como também por parte dos Secretários de Estado. Foi solicitado que o Governador se retrate em relação às denúncias de corrupção que fez na "Escolinha de Governo". Foi levantado que há um grande protecionismo político no Estado e que este está perdendo a sua capacidade de gestão ambiental.



UNIÃO DA VITÓRIA (13/08/2007)

A reunião começou com a apresentação dos demais diretores do Núcleo Sindical daquela região, ou seja, além de Rosângela M. K. Franck, são também diretores do SINDI/SEAB: Nelson Cleto Junior (IAP), Antonio Carlos Chicuto (IAP), Aramis Konart (IAP) e Renato Roberto Hasse (IAP). As discussões feitas envolveram desde as questões de reajustes salariais, desenquadrados, progressões e promoções, até as questões de saúde do servidor, benefícios sociais, funções gratificadas, campanha de valorização do servidor público, entre outros. No entanto, os destaques maiores foram em relação aos desenquadrados e carência de concurso público e às debilidades do atendimento do SAS – Sistema de Atenção à Saúde do Servidor Público do Estado do Paraná.

Os viveiristas são os que mais sofrem, pois não só trabalham em ambiente insalubre, como também carecem de um Plano de Saúde específico e pagamento de insalubridade a todos eles.

III Encontro Estadual do Sindi/Seab

19 de outubro

Hotel Condor - Curitiba/Pr
Informações (41) 3253 6328

Editorial

Reajuste do QPPE precisa ser retroativo a 1º de maio

Dia 14 de setembro o governo do estado anunciou, através da Agência Estadual de Notícias, a implementação da Lei nº 15.512/2007, para os seguintes quadros de pessoal do Poder Executivo (da ativa, aposentados e pensionistas), conforme abaixo transcreve-se:

a) Quadro: Quadro Próprio do Poder Executivo (Número de servidores: 53.551 e Índice de reajuste: 3,34%); **b) Carreira: Polícia Militar** (Número de servidores: 31.826 e Índice de reajuste: 4,82%); **c) Quadro Próprio da Polícia Civil** (Número de servidores: 5.709 e Índice de reajuste: 4,82%); **d) Instituições de Ensino Superior** (exceto docentes) – (Número de servidores: 9.443 e Índice de reajuste: 3,14%); **e) I-lap** (Número de servidores: 1.187 e Índice de reajuste: 3,24%); **e) Emater** (Número de servidores: 1.137 e Índice de reajuste: 3,24%); **f) Quadro Próprio dos Peritos Oficiais** (Número de servidores: 439 e Índice de reajustes: 7,90%); **g) Auditor Fiscal** (Número de servidores: 3.199 e Índice de reajuste: 7,90%); **h) Quadro: Procurador do Estado** (Número de servidores: 434 e Índice de reajustes: 3,14%); **i) Advogados** (Número de servidores: 386 e Índice de reajuste: 30,29%); **j) Delegados** (Número de servidores: 723 e Índice de reajuste: 3,14%).

Destaca-se que pelo Decreto nº 1.189, 18/07/2007, publicado no Diário Oficial Nº 7.516 de 18/07/2007, concedeu-se índice de 6,57% composto do índice geral de 3,14 acrescido do índice complementar de correção do vencimento básico de 3,33% ao Magistério do Ensino Superior do Estado do Paraná (Instituições de Ensino Superior - IES).

Anteriormente, pelo Decreto nº 898, 31/05/2007, publicado no Diário Oficial Nº 7483 de 31/05/2007, concedeu-se reajuste salarial ao Quadro Próprio do Magistério (QPM) e ao Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo (QUP), cujo índice foi de 17,04% composto do índice geral de 3,14% acrescido do índice complementar de correção de vencimentos básicos de 13,48%.

Ante o exposto, acrescenta-se que as categorias citadas tiveram os reajustes concedidos, aplicados a partir de 1º de maio, medida

justíssima já que trata-se da data base, também definida pela Lei PR nº 15.512/2007, senão vejamos:

- Lei nº 15.512 - 31/05/2007 - "Art. 7º Fica instituída a data de primeiro de maio de cada ano para a revisão geral anual, atendidos os mesmos critérios e limitações de ordem orçamentária, financeira e de responsabilidade fiscal referidas no artigo 5.º e seu parágrafo único."

- IES (Universidades do PR) - Decreto nº 1189, 18/07/2007: Artigo 4º - "Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de maio de 2007".

- QPM E QUP - Decreto nº 898, 31/05/2007 - "Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 1º de maio de 2007."

Além disso, o que não se entendeu e não se justifica foi o reajuste concedido ao QPPE de somente 3,4%, considerando-se que depois do QPM (que teve 17,04%), é o quadro de pessoal que experimenta as mais baixas remunerações. Ou seja, com a política salarial estipulada pela Lei PR nº 15.512/2007, o governo do Paraná mesmo cercado de boas intenções, o que fez foi acirrar as distâncias remuneratórias deste quadro de pessoal frente aos demais do Poder Executivo, conforme ficou patente nas denúncias do próprio governo acerca das remunerações praticadas no Ministério Público Estadual, cujos dados seguem abaixo transcritos.

Palavras do próprio governo em matéria oficial, assim expressa:

"Média de salários no Ministério Público chega a ser nove vezes maior que no Governo do PR - A média de salários, aposentadorias e pensões no MP Estadual chega a ser nove vezes maior que a média de remuneração dos servidores do Governo do Paraná, no Poder Executivo. É nas aposentadorias e pensões que estão as maiores diferenças. Já na ativa, os servidores públicos do Ministério Público recebem salários seis vezes maiores que os funcionários do Executivo. A média de salários, aposentadorias

e pensões no Ministério Público Estadual chega a ser nove vezes maior que a média de remuneração dos servidores do Governo do Paraná, no Poder Executivo. É nas aposentadorias e pensões que estão as maiores diferenças: um aposentado do Ministério Público ganha, em média, R\$ 18 mil; no Executivo do Governo Estadual, as aposentadorias têm, em média aritmética, valores de R\$ 1,9 mil. Nas pensões, a diferença é semelhante. No Ministério Público, o valor médio delas está em R\$ 16,5 mil. No Executivo, R\$ 1,8 mil. Entre o pessoal da ativa, os servidores do Ministério Público recebem salários seis vezes maiores que os funcionários do Executivo. A média no Ministério Público é de R\$ 12,9 mil, enquanto no Executivo paranaense gira em torno de R\$ 2 mil."

Quadro comparativo de média de remuneração entre o Poder Executivo e o Ministério Público Estadual:

Servidores da ativa: (Média salarial no Poder Executivo: R\$ 2.094,00 - total de servidores: 148.913); Média salarial no **Ministério Público Estadual:** R\$ 12.946,83 - total de servidores: 1.171; Aposentadorias: (Média das aposentadorias no Poder Executivo: R\$ 1.954,73 - total de aposentados: 67.326); **Média das aposentadorias no Ministério Público Estadual:** R\$ 18.099,00 - total de aposentados: 221; Pensionistas (**Média das pensões no Poder Executivo:** R\$ 1.821,77 - total de pensionistas: 22.023) - **Média das pensões no Ministério Público Estadual:** R\$ R\$ 16.541,35, total de pensionistas: 133).

Do exposto, duas medidas espera-se do governo do Paraná: **1- pagamento do aumento de 3,4% para o QPPE com efeitos retroativos a 1º de maio, 2 -**

cumprimento do artigo 39 da Constituição Federal, que diz: "A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios instituirão conselho de política de administração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.", e, criação da Secretaria de Estado e de Gestão de Pessoas (SEGP).

Vale dizer que se tais medidas já tivessem sido implementadas na administração pública pelo atual gestão do governo do Paraná, casos como estes do MP e outros (ainda não expostos à opinião pública), não seriam realidade entre nós.

É o que espera-se de um governo que pretende-se democrático e popular!

Prestação de contas

JUNHO/2007	
Crédito – Entradas	
Contribuições/Dotações	R\$ 23.893,62
Receitas Aplic. Financeiras	R\$ 1.352,45
Precatórios	R\$ 729,73
Reembolso de despesas	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 25.975,80
Aplicações Financeiras	
Itau Invest. 00673-0	R\$ 38.819,32
Itau Invest. 00656-5	R\$ 176.007,27
C/C – 00656-5	R\$ 19.868,35
C/C – 00673-0	R\$ 701,00
C/C - BCO DO BRASIL	R\$ 23.854,01
C/POUPANÇA PREC 2206/90	R\$ 18.122,55
C/POUPANÇA PREC 599/91	R\$ 16.220,11
ANTECIPAÇÃO DE PRECAT.	R\$ 40.555,00
Débitos – Saídas	
Impostos e Taxas	R\$ 240,81
Cursos/Congressos/Seminários	R\$ 4.363,10
Salários/Ordenados	R\$ 3.143,00
Encargos Sociais	R\$ 1.665,27
Vale Transporte	R\$ 437,00
Honorários Profissionais	R\$ 1.810,00
Encargos Sociais – Honorários	R\$ 76,00
Luz/Água/Telefone	R\$ 292,08
Associação de Classes	R\$ 1.097,14
Despesas c/ Veículos/Manutenção	R\$ 34,00
Assinaturas/Publicações	R\$ 1.100,00
Material de Expediente	R\$ 1.210,80
Desp. c/Alimentação/Refeições	R\$ 474,94
Contrib./Doações	R\$ 40,00
Despesas Diversas	R\$ 638,75
Manutenção/Conservação	R\$ 531,37
Despesas Bancárias/Financeiras	R\$ 80,60
Despesas de Viagens	R\$ 0,00
Custas Judiciais	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 17.235,06
Resultado do Período	R\$ 8.740,74
Resultado Acumulado	R\$ 76.398,97

Curitiba, 16 de Agosto de 2007.
Diógenes Costa
Contador CRC 022332/0-2 PR

AGENDE-SE

-  **02/10/2007** – 09h00 – Reunião mensal de **Diretoria do SINDI/SEAB**, na sede, em Curitiba.
-  **05/10/2007** – 09h30 – Reunião com o Núcleo Sindical de **PONTA GROSSA** (a confirmar).
-  **05/10/2007** – 16h00 – Reunião com o Núcleo Sindical de **JACAREZINHO** (Rua do Rosário, 641 – Centro).
-  **08/10/2007** – 09h00 – Reunião com o Núcleo Sindical de **LONDRINA** (a confirmar).
-  **08/10/2007** – 14h30 – Reunião com o Núcleo Sindical de **CORNÉLIO PROCÓPIO** (a confirmar).
-  **09/10/2007** – 10h00 – Reunião com o Núcleo Sindical de **IRATI** (a confirmar).

Quem somos

Diretoria Executiva Estadual: Presidente: Laura Jesus de Moura e Costa (Sema/Curitiba). Vice-Presidente: Antoninho Fontanella (Seab/Francisco Beltrão). Secretário Geral: Ademir da Silva (Iap/Curitiba). 1ª Secretária: Carmem Terezinha Leal (Sema/Curitiba). 2ª Secretária: Helverson Luis Corino (Iap/Maringá). Tesoureira Geral: Maria Auxiliadora Fernandes (BPPR/Curitiba). 1º Tesoureiro: Roberto Carlos Prazeres de Andrade Silva (Seab/Curitiba). **Conselho Fiscal:** Titulares: Heitor Rubens Raymundo (Iap/Curitiba). Saonara do Rocio Porto (Iap/Guarapuava). Milton Vasconcelos Guedes (Seab/Curitiba).

Ofícios

Acompanhe o andamento dos ofícios encaminhados pelo Sindi/Seab

Ofício	Assunto	Onde está em 18/09/2007	Tramitação	Data de envio
(SID 9.388.740)	Solicitação de utilização da casa do viveiro como moradia familiar pelo associado lotado no ERGUA.	IAP/ERGUA/AD - Setor Administrativo.	Para despacho	06/03/2007
(SID 9.603.760)	Solicita ao novo chefe do ERFOZ, manter as reuniões semanais, fornecimento de uniforme institucional e apoio junto ao governador.	IAP/ERFOZ/CH - Chefia	Andamento inicial	20/06/2007
(SID 9.603.759)	Solicita o fornecimento de uniforme a todos os funcionários da instituição, além de outras solicitações.	IAP/DRH - Depto. de Recursos Humanos	Para providências	20/06/2007
(SID 9.459.050)	Encaminha reivindicações dos servidores da Suderhsa (Cruzeiro do Oeste).	SUDERHSA/DAF - Dir. Administratva-Financeira.	Para providências	20/06/2007
(SID 9.459.051)	Encaminha reivindicações dos servidores da Suderhsa.	SUDERHSA/DERH - Depto. de Recursos Humanos	Para providências	20/06/2007
(SID 9.388.947)	Encaminha o relatório situacional do SAS.	SEAP/DAS - Depto. Assistência a Saúde.	Para providências	19/03/2007
(SID 9.390.008)	Informação referente a pagamento de diárias para a realização de serviços/atribuições do IAP.	IAP/GP - Gabinete do Presidente.	Para providências	31/05/2007
(SID 9.678.332)	Encaminha pauta unificada do Fórum dos Servidores.	SEAP/DRH - Divisão de cargos e salários	Para providências	30/08/2007
(SID 9.678.469)	Encaminha reivindicações referente ao caso Banco do Brasil (cobranças indevidas)	SEAP/GS - Gabinete do Secretário	Andamento inicial	06/09/2007

Comissionados

Confira estudo feito pelo Sindi/Seab

VALORES DOS CARGOS EM COMISSÃO NO PARANÁ

Símbolos	Encargos Especiais 03Z para servidor sem vínculo	Encargos Especiais 03Z para servidor com vínculo
DAS-1	3.991,87	3.592,68
DAS-2	3.524,32	3.171,89
DAS-3	3.288,14	2.959,33
DAS-4	2.819,08	2.537,18
DAS-5	2.582,74	2.324,47
1-C	1.275,49	1.147,94
2-C	1.177,98	1.060,18
3-C	1.087,40	978,66
4-C	1.004,40	903,96
5-C	941,27	847,15
6-C	882,12	793,91
7-C	827,00	744,30
8-C	775,94	698,35
9-C	726,85	654,17
10-C	681,40	613,26
11-C	644,83	580,34
12-C	610,07	549,06
13-C	577,37	519,63
14-C	546,53	491,88
15-C	519,99	467,99
Grupos setoriais e Centros de Comunicação Social		
1-C Chefe de Grupo Setorial	1.694,68	1.525,21
2-C Assistente Técnico	1.503,83	1.353,45

O Paraná tem 3.600 servidores que ocupam cargos comissionados. Eles representam 2,46% do número total de funcionários públicos do estado, que é de 146.300. Segundo informações da assessoria de imprensa do governo do Paraná, cerca de 60% dos cargos em comissão pertencem a pessoas que não serviam o estado anteriormente. Os outros 40% dos comissionados – aproximadamente 1,4 mil – são de funcionários de carreira que hoje estão em cargos de chefia ou assessoria.

Todo cidadão já pode conferir, via computador, a relação dos servidores em cargos em comissão no Governo do Paraná. É só acessar

o site do governo (www.pr.gov.br) há um link direto para a consulta dos cargos em comissão.

Existem três formas de conseguir a informação. Uma é obtendo a lista, em ordem alfabética, de todos os comissionados – independentemente do cargo e do órgão. Outra opção é pelo nome do servidor. Uma terceira é buscar por órgão onde o servidor tem o seu registro na folha de pagamento. Mas no site não é possível saber qual o valor dos cargos em comissão, por isso divulgamos a tabela ao lado.

TOTAL GERAL DE CARGOS EM COMISSÃO DAS BASES DO SINDI/SEAB

Órgão	Quantidade de cargos por órgão	Quantidade em R\$ de cargos por órgão
DIOE	10	15.227,70
IAP	60	98.987,50
IAPAR	4	13.856,29
ITCG	13	26.642,95
SEAB	77	126.530,13
SEMA	40	101.608,75
SUDERHSA	59	74.477,79
TOTAL	263	457.331,11

Obs. Os valores em R\$ são aproximados, foram utilizados os valores de servidores sem vínculo na contagem. Não foi possível fazer a relação de servidores com vínculo e dos sem vínculo com o estado. O cargo de secretário do estado (A1) recebe o salário de R\$ 11.900,00 e consta na relação da SEMA e SEAB.

Obs. Anexo único do Decreto nº 5.965/2005.
Valor dos Encargos Especiais

RAPIDINHAS

Presença obrigatória de advogado vira súmula no STJ

A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) aprovou uma nova súmula, de interesse dos servidores públicos. O texto preconiza que "é obrigatória a presença de advogado em todas as fases do processo administrativo disciplinar". A Súmula nº 343 servirá de parâmetro para futuros julgamentos da Corte sobre o tema. Ela foi relatada pelo ministro Hamilton Carvalho, que preside a Seção, e aprovada por unanimidade.

Para redigir a nova súmula, os ministros tiveram como parâmetro os artigos 153, 163 e 164 do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União (Lei n. 8.112/90), além da jurisprudência do próprio STJ firmada com base no julgamento de

outros processos.

A súmula não tem efeito vinculante, isto é, não obriga as demais instâncias a decidir conforme ela preconiza. No entanto, é um resumo do entendimento vigente no STJ quanto a um assunto e, por isso, serve de referência para os outros tribunais do País sobre a posição dominante na Corte acerca da questão. Sua eficácia só se dá após publicação no Diário da Justiça.

Paranaenses querem a reestatização da Vale do Rio Doce

No que depender da vontade do povo paranaense, a Companhia Vale do Rio Doce (CVDR) irá voltar para as mãos do Estado. Essa afirmação é fundamentada na apuração dos votos coletados pelos sindicatos cutistas no estado durante o

Plebiscito Popular que questionou a privatização da Vale, realizado de 1º a 09 de setembro, em todo território nacional.

O referendo popular trouxe a seguinte pergunta: A Vale deve continuar nas mãos do capital privado? A indicação dos movimentos sociais era o voto no NÃO, já que o processo de privatização foi uma operação controversa, realizada com financiamento subsidiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e que, ainda por cima, descumpriu trâmites de processos judiciais e teve a Companhia sub-avaliada em 28 vezes de seu real valor.

O resultado dos votos coletados pela base cutista no Paraná ficou da seguinte forma: 96,48% (6089 votos) optaram pelo NÃO, a Vale deve ser reestatizada, contra apenas 3,42% (216 votos) que preferem que a lucrativa empresa mineradora permaneça sob o controle do capital privado. Brancos e nulos somaram apenas 0,1% (6 votos).

O Comitê Estadual pela Anulação do Leilão da Vale, que divulgará o resultado de todos os votos colhidos no Paraná, ainda não terminou a apuração. (Fonte: CUT/PR)

Central 0800 atende beneficiários do SAS

A Seap, por meio do Departamento de Assistência à Saúde (DAS), mantém uma Central 0800 que presta atendimento aos beneficiários do Sistema de Assistência à Saúde (SAS) do servidor. De qualquer localidade do Estado é possível ligar, gratuitamente, para o telefone 0800-41-37-38 e obter informações, tirar dúvidas, fazer sugestões e reclamações.

Escola de Governo abre inscrições para eventos de outubro

A Escola de Governo já tem agendados para outubro seis eventos do Programa de Desenvolvimento de Competências (PDC). São cinco cursos em Curitiba e uma palestra em Guarapuava. O PDC é um dos programas de qualificação do funcionalismo.

Para a capital, já há inscrições para os cursos "Controle interno", "Ética na administração pública", "Mediação de conflitos", "Qualidade no atendimento ao cliente" e "Software livre para usuários". Em Guarapuava, para a palestra "Conhecendo a Previdência". Confira mais na página da Escola de Governo na internet (www.escoladegoverno.pr.gov.br).

Espaço Jurídico Sindicância

Nos últimos dias recebemos a informação de que servidores estariam negando a participação em sindicâncias na administração pública. Para opinar sobre o tema pedimos a um de nossos assessores jurídicos, o advogado, **Jackson Sponholz**.

"Como dito, me causou enorme surpresa o comportamento evasivo dos servidores, se furtando em participar de comissões de sindicância ou de processos administrativos.

O Estado informado, estruturado e cujas funções são desempenhadas segundo os princípios democráticos tem inserido na sua organização e dinâmica o processo administrativo como forma de superação da atuação autoritária.

Antigamente o Estado era ditatorial e inquisitorial, trancado em porões mal-iluminados, onde tudo era guardado a sete chaves.

Portanto, o processo administrativo e a sindicância são conquistas do estado democrático de direito e uma garantia de publicidade, moralidade e legalidade dos atos administrativos.

O processo e a sindicância não são apenas instrumentos técnicos, mas, sobretudo éticos.

Dai o preceito constitucional (art. 5º, LV, da CF) assegurando aos litigantes em processo judicial ou administrativo e aos acusados em geral o contraditório e a ampla defesa.

Dentro do contexto de imparcialidade e da legitimidade, a presença de servidores deveria ser objeto de luta dos mesmos, e não de recusa sob pretextos vários.

É pois prerrogativa do Estatuto dos Funcionários Públicos do Paraná que o Chefe da repartição que tiver conhecimento de alguma irregularidade de subordinado, constitua sindicância ou abra processo administrativo, designando comissão composta por três (3) funcionários efetivos de alta hierarquia funcional (art. 308) para apurar os fatos.

As normas aplicáveis encontram-se elencadas no ESTATUTO, artigos 307/313 (sindicância) e artigos 314/334 (processo administrativo).

Em conclusão, a questão da participação em comissões de sindicância e de processos administrativos, antes de ser uma obrigação estatutária, é uma obrigação do servidor/cidadão que pretende manter vivo o estado democrático de direito".

Jackson Sponholz
Assessor Jurídico do Sindi/Seab

QPPE conquista reajuste



No dia 14/09, o governador Roberto Requião anunciou que as categorias de servidores públicos que ainda não foram contempladas com o aumento salarial estabelecido a partir de maio (Lei 15.512/2007) terão o reajuste pago ainda no mês de setembro. A medida contempla os funcionários da ativa, aposentados e pensionistas – cerca de 108 mil servidores. Os reajustes variam de 3,14% a 30% e correspondem à correção da inflação do período compreendido entre o último reajuste que cada categoria obteve, na atual gestão, e todo o ano de 2006.

O aumento fixa reposição salarial a todas as carreiras efetivas do Poder Executivo (estão de fora cargos em comissão, de regime especial e de estatais e empresas públicas). Já foram contemplados os professores do ensino básico (cerca de 100 mil docentes, entre ativos, aposentados e

pensionistas) e do ensino superior (8,3 mil).

Agora, vão receber o aumento os servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo, (QPPE, ou "quadro geral"), os policiais civis e militares, peritos oficiais, delegados, procuradores do Estado, do quadro de advogados, auditores fiscais, funcionários das universidades e faculdades estaduais (exceto docentes), do Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar) e do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater). O reajuste vai custar um acréscimo de R\$ 12 milhões mensais na folha de pagamento de pessoal.

Até o fechamento desta edição do jornal do Sindi/Seab, o decreto que regulamente o reajuste do QPPE ainda não tinha sido assinado pelo governador.

Mas temos informações do recursos humanos de que o reajuste saí nesse mês. Estamos de olho!!!

Expediente

JORNAL DO SINDI/SEAB - Órgão de divulgação do Sindicato dos Servidores Estaduais da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e Afins. **Endereço:** R. Dr. Manuel Pedro, 729 - Cabral - Curitiba/PR - CEP 80035-030 - Fone/Fax (41) 3253 6328 Fone (41) 3252 8566 - e-mail: sindiseab@sindiseab.org.br - Site: www.sindiseab.org.br - Tiragem: 3.000 exemplares

Projeto Gráfico e Jornalista Responsável: Rafaela Santin (MT 3058) e-mail: rafinha79@yahoo.com.br - **Fotos:** Laura J. M e Costa, Maria A. Fernandes e Rafaela Santin

Distribuição Gratuita e Dirigida - Obs: Os artigos não assinados são de responsabilidade da Diretoria